

**MARIA BÁRBARA MADUREIRA GARCÊS PINTO:
Sua Família, Suas Cartas e a Administração no Engenho de Aramaré (1821-1824)**

Danielle Machado Cavalcanteⁱ

RESUMO

Este trabalho pretende fazer uma breve análise sobre o cotidiano da família Pinto da França às vésperas do processo da Independência do Brasil, e conseqüentemente da Bahia. Para tanto, colocamos em destaque a figura de Maria Bárbara Garcês Madureira Pinto, que com a saída do seu marido, Luis Paulino D'Oliveira Pinto da França para Portugal (nomeado Deputado das Cortes Constituintes) passou a administrar diretamente o Engenho da família situado em Aramaré, Cachoeira – BA. Lidar com as dificuldades, questões econômicas e sociais e, entender o modo como conseguia tramitar pelos parâmetros que a sociedade estabelecia naquele período (1821 – 1824), é o nosso objeto nesse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE Independência, família, Maria Bárbara.

Os estudos que se debruçam sobre a história da família, tiveram seu início através dos resultados obtidos pela demografia histórica, consolidou e abriu caminhos para a inserção de novos saberes e novos temas à historiografia. Essa consolidação obteve seu espaço pelos inúmeros questionamentos sobre a situação da família, que levaram muitos historiadores a trilharem este ramo.

Nesse sentido, a família como problema, tornou-se então, tema atual em diversos aspectosⁱⁱ. A princípio o lugar privilegiado desses estudos fora a Europa, principalmente, a Inglaterra e a França a partir do século XVI. Foi a partir da década de 1960 que os trabalhos sobre a família se concretizaram em uma área específica da pesquisa histórica.

Nesse trabalho, colocamos a família Pinto da França em destaque. Família luso-brasileira, importante e influente no período do século XIX, às vésperas do processo da Independência do Brasil e da Bahia. A personagem que colocamos em evidência é Dona Maria Bárbara Garcês Madureira Pinto, casada com Luis Paulino D'Oliveira Pinto da França, eleito deputado das Cortes Constituintes, figuras emblemáticas tanto de Portugal, quanto do Brasil, tendo grande importância tanto na Província, quanto no

Recôncavo.

Para tal, tomaremos como base um instrumento que fora muito utilizado por esta família, suas cartas, denominadas de *Cartas Baianas*ⁱⁱⁱ. Ao recolher e classificar uma coletânea de documentos na conturbada fase de transição entre o período colonial e início da independência, o escritor português Antônio D'Oliveira Pinto da França, apresentou-nos grande contribuição para os estudiosos da história social e cultural. Reunidas por esse descendente distante de D. Maria Bárbara, as cartas trocadas remetiam a vários autores, no entanto, centrava-se na intensa correspondência enviada por Maria Barbara ao marido ausente.

Iniciada na década de 1980,^{iv} a publicação de coletâneas de cartas vem crescendo como fenômeno editorial, proporcionando assim, uma nova perspectiva historiográfica ao qual levou um florescimento da narrativa, a revalorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre cultura. As cartas constituem um gênero cultivado desde a Antiguidade como subsídio literário, e como fontes de informações para os estudos biográficos. O hábito da correspondência tornou-se mais difundido, alcançou diversas camadas sociais e constituiu-se uma prática cultural muito apreciada tanto na Europa como na América.

Ao longo dessas cartas, podemos perceber diferenciados aspectos, dentre eles o de teor político, que é o que permeia ao longo dos quatro anos. Correspondências de D. Maria Bárbara e seus filhos, a cerca de como estava a Bahia e o governo em seu período tão turbulento. É perceptível também, a presença de aspectos econômicos referentes à família, a questões familiares, saudosismo e o cotidiano que era pintado frente a essas correspondências.

A partir disso, nosso objetivo perpassa por: compreender o período em que se deu o processo das correspondências trocadas entre os membros familiares; como D. Maria Bárbara e a sua família vivenciavam os acontecimentos políticos que a Bahia passava durante o período de 1821 a 1824, uma vez que tais acontecimentos iriam determinar profundas modificações tanto no que diz respeito aos países em destaque, Brasil e Portugal, mas, também em suas próprias vidas e por fim, compreender a postura de Maria Bárbara frente à administração no Engenho da família, uma vez que por ser mulher, resistia ao ambiente político, social e econômico da sua época.

AS CARTAS BAIANAS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A reconstituição de um determinado contexto histórico e social permite, não só a compreensão de uma realidade específica, mas, também a reconstituição e o preenchimento de espaços que rodeiam o sujeito a ser analisado. Nesse sentido é que pretendo tentar reconstituir o momento histórico que Maria Bárbara viveu e onde ocorreram os eventos que acompanharam a redação das Cartas Baianas^v.

Nas Cartas Baianas, está presente a escolha entre o Brasil e Portugal, por parte dos membros dessa família apanhada por um temporal histórico que ia determinar profundas modificações no curso histórico dos países, das dúvidas, da lucidez, dos medos, do sofrimento e da coragem com que seguiam e se desenvolviam, dia a dia, nos acontecimentos que se desencadeavam em torno deles.

Com a partida de D. João VI do Brasil para Portugal em virtude da Revolução do Porto de 1820 e a conseqüente ascensão de D. Pedro a príncipe regente do Reino Unido, desencadearam uma reação de grupo contrário à política de recolonização intentada pelas Cortes Portuguesas^{vi}. Em Portugal, a situação era diversa, após a convocação das Cortes e o juramento antecipado da nova Constituição por D. João VI, a estratégia desenvolvida em relação ao Brasil era de retomar o controle econômico e administrativo do país, reconduzindo-o à situação de colônia, através de várias medidas tributárias e tentativas de reforço do poder político e militar da metrópole.

Nesse contexto é que são elaboradas as *Cartas Baianas*, frente a um cenário político, econômico e social que o Brasil e especificamente a Bahia, estava vivenciado naquele período. Desta feita, caracterizamos o posicionamento político de D. Maria Bárbara que não fora ofuscado, ao longo desses quatro anos, e, inúmeras eram as cartas que descrevem seu acompanhamento mediante aos acontecimentos políticos, não somente registram, mas, emitem opiniões e posições.

Em 15 de abril de 1822, por exemplo, manifestava-se a respeito do desempenho do governo, prevendo a necessidade de uma ação imediata por parte dos deputados para evitar as desordens que ocorriam na Bahia, onde, a seu ver, não existia “*tropas organizadas, bons comandantes ou oficialidade honesta*”.^{vii}

No que diz respeito à rivalidade entre os portugueses e brasileiros, Maria Bárbara deixa transparecer que desejava a participação, rejeitava os radicalismos e aconselhava agir com doçura e igualdade. É perceptível o seu sentimento para com o

Brasil e a Bahia quando relata, “*Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem, pois não sou egoísta nem ambiciosa. Bem recomendo aos nossos andem caminho direito. Eles o fazem, são virtuosos e honrados. O que falta na Bahia, sim, é juízo. Não tem paciência*”.^{viii}

Por seu posicionamento político que era notório ao longo de suas cartas, Maria Bárbara teve um comportamento muito acautelado, no que diz respeito aos trâmites pelos quais essas cartas eram enviadas. Várias eram as precauções que a mesma adotava e pedia ao marido que tomasse também após ler às cartas. Dava-se a entender que a administração dos Correios não era confiável, pelo menos para ela, e por conta disso, pedia a pessoas de confiança para que fizessem o que era de direito à competência dos Correios.

Através desse comportamento, fica claro as estratégias que Maria Bárbara praticava, para de certa forma, proteger sua família, principalmente seu marido. Tornase perceptível essas questões nessa carta datada de 13 de abril e de 1822 e outra que não especifica a data:

Acautela-te que não vejam os teus papéis, nem leiam as minhas cartas, por não quero Aramaré revoltos com as notícias que da dita pessoa vêm para aqui. Ao menos uma chave, se pudesses guardá-la. Ou melhor, lê e rasga logo, logo as minhas cartas. (...) Por Accivioli largamente escrevo, pois aqui mal se pode escrever, pois o administrador [dos correios] era do partido do antigo governo e há dias deixou roubar o correio. (...) Ouvi que no Correio não há menor segurança e, por consequência, não falo mais nada.

Maria Bárbara assumiu das mais variadas obrigações frente à administração do Engenho, tais como: compras e supervisão de produção, controle dos animais, levantamento de recursos, pagamentos de dívidas, controle de empregados, atendimento, alimentação e vestimenta aos escravos. Como relata em suas cartas, melhorou o rebanho, supervisionou a produção da aguardente para evitar roubos e drenou o solo para evitar que o canavial apodrecesse na estação da chuva^{ix}.

O ENGENHO DE ARAMARÉ

Maria Bárbara era de origem portuguesa, natural de Penafiel, norte de Portugal,

nascida entre as décadas de 1770 e 1780, proveniente de uma família da aristocracia rural. Destaca-se por sua intelectualidade, numa época e sociedade, em que as mulheres nascida no campo permaneciam na maior parte dos casos, alheias à instrução, citando Camões e reproduzindo máximas latinas. Não se sujeita à orientação dos filhos, nem lhes aceita os conselhos.

Depois da partida de Luis Paulino para Portugal, a fim de representar a Bahia nas Cortes Constituintes, Maria Bárbara passa a administrar o Engenho da família diretamente, como demonstra Antônio Pinto da França em seu prefácio:

Ciosa de suas prerrogativas é ela quem determina, na administração do engenho, os empréstimos a obter, as letras a lançar. Contra a opinião de seu filho Bento, é ela que assume a responsabilidade de sair de Salvador e partir para o interior^x.

Em suas cartas, dos mais variados assuntos a serem relatados, o aspecto econômico é bem discutido, onde podemos visualizar as inúmeras vivências que Maria Bárbara pôde passar estando no engenho, como descreve esta carta datada de 2 de março de 1822 relatando sobre os gastos com os escravos e comida “(...) *Ora, tenho que tirar deles quarenta para casa, vestir, vestir escravas, pagar carruagem, carne-seca*”. Em outras cartas, relata alguns problemas que enfrentava, como por exemplo, sua doença, mortes de animais, pagamentos, as chuvas e as pequenas safras entre outras:

Chuvas contínuas, mas fechamos com dois mil e quatrocentos e sessenta pães. Chegaríamos aos três mil se a minha doença não me mandasse embora daquele lugar. Têm-se morrido muitos bois e, a não ser os 36 que comprei, pobre de mim^{xi}. (...) A safra este ano há de ser pequena e mesmo porque dei ao cirurgião que me assistiu duas caixas de açúcar; ao Simão Caldeira, quatro, e oito para pagar a carne-seca. (...) Pago vestuário de negros: noventa mantas, carretos, tudo, tudo. E o alambique não dá para tudo, pois a aguardente está muito barata, bem como o açúcar^{xii}.

No Brasil, as primeiras narrações históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980, e foram muito marcadas pela preocupação com a lógica da dominação

e opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Porém, mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importava interpretar que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do ficcional poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência^{xiii}.

Podemos acentuar que introduzir o sujeito feminino na história expressou significativo avanço, o que permitiu evidenciar com a entrada de novos olhares, a presença de fontes importantes para esse processo. Nesse sentido, a revalorização de registros da memória, a catalogação de correspondências familiares, dos diários, contribuiu de maneira expressiva para o desenvolvimento da história das mulheres^{xiv}. Feita essa pequena análise, pois a gama de informações que essas cartas nos oferecem, podem subsidiar grandes estudos, podemos compreender um pouco do cotidiano da família Pinto da França, os espaços e posicionamentos que Maria Bárbara teve que introduzir-se, tanto na administração do engenho da família, quanto politicamente.

O que expusemos nesse breve texto, dá-nos subsídios concretos de situações que foram vividas por Maria Bárbara que na sequência de um determinado período político, neste caso o processo de independência do Brasil e da Bahia e momentos circunstanciais de sua vida, como a administração do engenho da família, ainda assim, conseguiu com êxito a sobrevivência e adaptação à realidade circundante. Desafiando comportamentos, mentalidades e preconceitos da época.

Muito se têm ainda a se estudar sobre as *Cartas Baianas*, e a gama de informações referentes a esse período, são relevantes para os estudiosos que se interessam sobre o referido período. Questões sobre o posicionamento da família Pinto da França frente à Independência da Bahia, ainda é um assunto emblemático. No entanto, para este artigo, nos debruçamos em compreender e contextualizar D. Maria Bárbara e suas diversas conjunturas ao longo dos anos de 1821 a 1824.

-
- ⁱ Danielle Machado Cavalcante; Graduada do curso de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Email: danielle_mcavalcante@yahoo.com.br. Orientador: Sergio Armando Diniz Guerra Filho.
- ⁱⁱ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elseier, 1997, p. 241-258.
- ⁱⁱⁱ FRANÇA, A. O. P. da. *Cartas Baianas*. 1821-1824. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- ^{iv} MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: *O Historiador e suas fontes*. Contexto, 2009, p. 193 – 222.
- ^v TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Maria Bárbara Madureira e as Cartas Baianas: uma vivência feminina no início do século XIX*. História: Questões & Debates, Curitiba, n] 34, p. 105 – 125, 2001. Editora da UFPR.
- ^{vi} COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Carta de número 16, datada de 13 de abril de 1822.
- ^{vii} Carta de número 17.
- ^{viii} Carta de número 16, datada de 13 de abril de 1822.
- ^{ix} SCHUMAER, S.; VIDAL, E. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ^x FRANÇA, op. cit., p. XV, Prefácio.
- ^{xi} Carta de número 24.
- ^{xii} Carta de número 20.
- ^{xiii} DEL PRIORE, M.. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- ^{xiv} SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajeto da Historiografia das mulheres no Brasil*. In: *Politéia: Hist. E Soc. Vitória da Conquista: vol 8., p. 223-231, 2008.*